

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.027 - RS (2019/0027780-6)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : ADELIRA ZIEMANN**  
**ADVOGADO : TAÍS BITTENCOURT BLAYA - RS074380**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RECEBIMENTO INDEVIDO. BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES.

Os valores recebidos pelo segurado em razão de antecipação de tutela que posteriormente veio a ser revogada não são sujeitos à restituição, diante do seu caráter alimentar e da inexistência de má-fé.

Não importa declaração de inconstitucionalidade do art. 115, da Lei 8.213/91, o reconhecimento da impossibilidade de devolução ou desconto dos valores indevidamente percebidos. A hipótese é de não incidência do dispositivo legal, porque não concretizado o seu suporte fático. Precedentes do STF (ARE 734199, Rel. Min. Rosa Weber)" (fl. 228e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração pressupõem a presença de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada.
2. A contradição suscetível de ser afastada por meio dos aclaratórios é interna ao julgado, e não aquela que se estabelece entre o entendimento a que chegou o juízo à luz da prova e do direito e a interpretação pretendida por uma das partes.
3. A pretensão de reexame de matéria sobre a qual já houve pronunciamento do órgão julgador desafia recurso próprio, não justificando a interposição de embargos de declaração.
4. Com a superveniência do NCPC, a pretensão ao prequestionamento numérico dos dispositivos legais, sob alegação de omissão, não mais se justifica.
5. O princípio da fundamentação qualificada das decisões é de mão dupla. Se uma decisão judicial não pode ser considerada

fundamentada pela mera invocação a dispositivo legal, também à parte se exige, ao invocá-lo, a demonstração de que sua incidência será capaz de influenciar na conclusão a ser adotada no processo.

6. Tendo havido exame sobre todos os argumentos deduzidos e capazes de influenciar na conclusão adotada no acórdão, os embargos devem ser rejeitados" (fl. 254e).

Sustenta o recorrente violação aos arts. 297, 520, I e II, do CPC/73, 876, 884, 885 e 886, do Código Civil e 3º da LINDB. Argumenta, em síntese:

"Trata o presente Recurso Especial do inconformismo do INSS quanto ao acórdão prolatado do TRF4 no tocante ao indeferimento da restituição dos valores recebidos pela parte autora, por força de antecipação de tutela posteriormente revogada, o que contraria o decidido no Tema 692 do STJ.

**DECISÃO RECORRIDA**

O E. TRF4 negou procedência à pretensão do INSS no tocante à devolução dos valores recebidos pela parte autora em antecipação dos efeitos da tutela, revogada posteriormente, ao argumento de que, em se tratando de benefício previdenciário, não há que se devolver em vista do caráter alimentar dos pagamentos, bem como em razão da boa-fé do recebedor.

De tal decisão, o INSS opôs embargos de declaração para fins de ver aclarada a questão, face à legislação ordinária e o mais recente entendimento a este respeito do STJ, aos quais foi negado provimento.

Mas, assim decidindo, contrariou a legislação federal em relação ao disposto no parágrafo único do art. 297, c/c art. 520, incisos I e II, ambos do CPC do Código de Processo Civil, 876, 884, 885 e 886 do Código Civil e 3º LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/42), como se passa a demonstrar" (fl. 262e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade à lei federal (arts. 273, §2º, e 475-O do Código de Processo Civil, 876, 884, 885 e 886 do Código Civil e 3º LINDB-Decreto-Lei nº 4.657/42), requer o INSS que o recurso seja conhecido e provido, a fim de que seja viabilizada a restituição dos valores percebidos indevidamente pela parte autora, aplicando-se assim o entendimento firmado no Tema 692 deste Tribunal (REsp 1.401.560/MT)" (fl. 270e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido, na origem (fls. 289/292e).

Conforme acima se relatou, uma das questões discutidas no Recurso Especial diz respeito à necessidade de devolução dos valores recebidos por força da antecipação dos efeitos da tutela, posteriormente revogada.

O entendimento quanto à matéria controvertida estava pacificado nesta

Corte, em razão do julgamento do Tema 692, no sentido de que "a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos".

Ocorre, porém, que a Primeira Seção do STJ acolheu proposta de revisão do entendimento quanto à devolução dos valores recebidos pelo litigante beneficiário do Regime Geral da Previdência Social - RGPS em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada. Determinou-se, ainda, a suspensão do processamento de todos os processos ainda sem trânsito em julgado, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão submetida à revisão, pertinente ao Tema 692/STJ, em tramite no território nacional, com a ressalva de incidentes, questões e tutelas, que sejam interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento (acórdão publicado no DJe de 3/12/2018, questão de ordem nos REsp's n. 1.734.627/SP, 1.734.641/SP, 1.734.647/SP, 1.734.656/SP, 1.734.685/SP e 1.734.698/SP).

Considerando que, conforme acima foi ressaltado, um dos temas controvertidos nestes autos diz respeito à matéria afetada, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro, e, desse modo, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem, para que, uma vez concluído, nesta Corte, o julgamento, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

Cumprir destacar que, na forma do art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, "quando ocorrer a hipótese do inciso II do **caput** do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do Tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões".

Ante o exposto, determino a devolução do presente feito ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015, o presente recurso: (a) tenha seguimento negado, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ, ou (b) tenha novo exame, na origem, se o acórdão recorrido contrariar a orientação desta Corte.

Oficie-se ao Presidente do Tribunal de origem para que, em casos idênticos, adote o procedimento acima mencionado, caso ainda não o tenha feito.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora